

# A SINTAXE NUM LIVRO DIDÁTICO DO ENSINO MÉDIO: POSIÇÕES DISCURSIVAS

Terezinha Della Justina<sup>1</sup>

## RESUMO

O estudo analisa os discursos que dizem respeito a Sintaxe – termos das sentenças x ordem x sentido –, no livro didático de Língua Portuguesa “Português: contexto, interlocução e sentido”<sup>2</sup>. Para a constituição do *corpus*, dele recortam-se sequências linguísticas para uma leitura discursivo-interpretativa na perspectiva da escola francesa de análise de discurso. O conceito operacionalizado para leitura é o de *interdiscurso* proposto por Maingueneau, estendido para a *polêmica constitutiva*. O conjunto dos recortes visa/visou capturar enredamento interdiscursivo entre o discurso da tradição gramatical e de diferentes correntes linguísticas: gramáticas funcional e da enunciação mormente, cada um deles revezando-se nos papéis de discurso agente e paciente.

**Palavras-chave:** interdiscurso, sintaxe, livro didático.

## Introdução

Por um longo período, os preceitos da gramática tradicional (GT) foram repetidos e reverenciados não somente nas salas de aula, mas também por uma boa parcela da sociedade dita culta que legitima a si o direito de julgar aquilo que pode ou não ser dito. Sua versão pedagógico-descritiva e prescritiva foi instituída enquanto objeto e objetivo dos conhecimentos linguísticos escolares, conferindo-se a ela a responsabilidade pela manutenção do prestígio social atribuído à língua padrão, dos usos linguísticos regrados, taxados de “corretos ou incorretos”. É dela que vem a concepção homogênea e invariável da língua. Negligenciaram-se, assim, os usos efetivos da língua no período em que seu discurso foi predominantemente mantido. Todavia, com a inserção em escolas, nas de ensino superior primeiramente, dos

---

<sup>1</sup>Professora da UNEMAT, *campus* de Sinop (MT), doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, UFMT, *campus* de Cuiabá (MT).

<sup>2</sup> A edição desse livro é de 2013, porém consta resenhado no Guia do PNLD/PNLEM para ser utilizado nas escolas nos anos de 2015, 2016 e 2017.

conhecimentos produzidos pela sociolinguística bem como os de outras correntes da linguística moderna (LM), o discurso da GT torna-se alvo de críticas principalmente quando rege estudos da língua exclusivamente pelo viés dele. É forçado, assim, a ceder espaço à visão de que as línguas naturais são heterogêneas e variáveis, com sentidos não preestabelecidos e fixos exclusivamente pelos/nos componentes linguísticos. São, sim, as contextualizações dos enunciados<sup>3</sup>, bem como os modos como são elaborados e dispostos que necessitam ser relevados, já que possibilitam/conduzem diferentes processos de enunciação. Porém, em contrapartida a esse discurso, ainda se mantiveram no cenário, e muitos de modo acirrado, os afiliados ao discurso da GT.

Em escolas brasileiras dos ensinos fundamental e médio, o discurso da LM teve sua entrada validada pelos documentos oficiais editados em finais da década de 1990. Compõem esses documentos os PCN, PCNEM (2000), PCNEM+ (2002), OCEM (2006), PNLD, PNLEM (2004), DCNEM<sup>4</sup>. Esses, de modo geral, renegam o ensino assentado exclusivamente no estudo da nomenclatura gramatical, fragmentado em frases, palavras, morfemas, sílabas etc. isolados da enunciação. Assinam, sim, um trabalho com as práticas textuais inerentes às diversas esferas sociais, no deslocamento da forma para os usos da língua. O texto torna-se ponto de partida e de chegada de todos os procedimentos pedagógicos os quais devem ultrapassar perspectivas puramente prescritivas ou classificatórias dos elementos linguísticos descontextualizados. As ‘técnicas’ de leitura e escrita são expandidas para outros espaços que não só a matéria linguística dum texto exemplar discursivo inerente a um determinado espaço de atividade comunicativa.

Em instância final, o PNLEM, que rege nesta pesquisa parte daquilo que se diz como discurso oficial, vem complementar as propostas oficiais publicadas e postas em circulação pelos PCNEM e OCEM. O PNLEM, instituído pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Básica (SEB) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), possui por função avaliar e selecionar as obras

---

<sup>3</sup> Toma-se aqui o termo enunciado por uma das definições de Houaiss (2009): frase, parte de um discurso ou discurso (oral ou escrito) em associação com o contexto em que é enunciado.

<sup>4</sup> Neste texto, PCNEM será usado para abreviar *Parâmetros Curriculares do Ensino Médio* (2000), PCNEM+ para abreviar *Parâmetros Curriculares do Ensino Médio +* (2002), OCEM para abreviar *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* (2006), PNLEM para abreviar *Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio* e DCNEM para abreviar *Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio*.

didáticas destinadas aos alunos do ensino médio a ser incluídas num catálogo endereçado aos professores para nortear-lhes a escolha do material a ser adotado. As obras didáticas incluídas no Catálogo do PNLEM de Língua Portuguesa devem mostrar-se coerentes com as diretrizes, objetivos, parâmetros e orientações relativos ao trabalho com a língua portuguesa pelo viés proposto pela LM. Para o tema sintaxe<sup>5</sup>: termos das sentenças, lê-se que a sequenciação sintática organizadora dos elementos das sentenças, as variações internas dos elementos linguísticos não devem ser simplesmente tratados em termos de propriedades internas ao sistema linguístico ou de possibilidade de variação organizacional inerente à língua, tal como preceitua a GT; mas sim, é primaz que os percebam inseridos em textos e/ou situações comunicativas, tal como propõe a LM. Segundo Halliday (*apud* BERLINK *et al*, 2003, p. 212), “tenta-se explicar a natureza da linguagem, a sua organização interna, em termos das funções que ela desenvolveu para servir na vida do homem social”.

Norteia-se, assim, o atual contexto de ensino da língua portuguesa pautado em dizeres da LM, corroborados pelos/nos documentos oficiais, e a transposição didática dos preceitos dela para o interior desses materiais é de responsabilidade de autores dos livros didáticos de Língua Portuguesa (LDP). Contudo, a gramática tradicional (GT), que é considerada ainda o ‘carro-chefe’ de muitos discursos e práticas quer nas escolas quer na sociedade de modo geral, principalmente na dita sociedade culta, há de marcar presença também nesses materiais. Conta-se, portanto, presenciar no LDP uma interdiscursividade entre o discurso da LM e o da GT, entremeados ora de modo amistoso ora polêmico e controverso.

### **Discursos sobre componentes gramaticais: organização/ordem e sentido**

A GT caracteriza-se pelas proposições classificatórias e prescritivas da língua, mas não da língua em movimento, na sua utilização cotidiana, em espaços e com construções específicas para que atendam a objetivos de/em diferentes contextos. Sua

---

<sup>5</sup> Segundo Berlink *et al* (2003, p. 207), “Do grego *syntaxis* (ordem, disposição), o termo sintaxe tradicionalmente remete à parte da gramática dedicada à descrição do modo como as palavras são combinadas para compor sentenças, sendo essa descrição organizada em forma de regra.” Mas, para as mesmas autoras (2003), há no contexto atual estudos centrados na verificação de que os vários padrões de ordenação cumprem funções comunicativas diferentes, dentre eles podem-se citar principalmente os da perspectiva funcionalista.

proposição se dá, sim, sobre uma língua estática, homogênea com normativas que devem ser seguidas principalmente no ato da escrita. A maioria delas segue um padrão na postura dos conteúdos: fonética e fonologia, ortografia, acentuação gráfica, morfologia, sintaxe, concordância e regência verbal e nominal. Para o tema sintaxe, termos das orações, trabalha somente com um sistema de classificação desses termos: essenciais (sujeito e predicado), integrantes (objetos direto e indireto, complemento nominal, agente da passiva) e acessórios (adjuntos adverbial e nominal, aposto, vocativo). As ordenações dos termos dos enunciados para ela são somente diferentes possibilidades gramaticais de estruturação das frases/orações/período. Não se justificam, assim, em atendimento a objetivos específicos de dada situação comunicativa.

Não se pode destituir seu mérito porque atendeu e ainda atende a determinados objetivos, entretanto o trabalho com a gramática que se propõe, nos moldes atuais para o contexto de ensino da língua, pensando-se nos ensinamentos fundamental e médio principalmente, no que tange a determinados conteúdos, trilha algumas vias diferenciadas das repetidas/reverenciadas pelos adeptos da GT. Travaglia (2009, p. 108) o aponta numa perspectiva formal mais ampla, “na dimensão do funcionamento textual-discursivo”, isso porque a língua funciona não em palavras e frases isoladas e abstraídas dos contextos, mas sim em textos que atuam em circunstâncias particulares de comunicação. Então, não mais centrado exclusivamente no conhecimento de tipos de elementos e de regras da língua restritas aos usos “certos” ou “errados”, do nível morfológico (classes, flexão verbal, etc.) ou do sintático (termos das orações, tipos de orações e períodos, etc.) classificatórios somente tal como propõe a GT. Altera-se, ou melhor, amplia-se, assim, a concepção de gramática e ações com ela a ser utilizadas no ensino de língua materna. Passa a ser visto como integrando à gramática “tudo o que é utilizado e/ou interfere na construção e uso dos textos em situações de interação comunicativa” (TRAVAGLIA, 2009, p. 109).

Apointa também Travaglia (2009, p.109), referindo-se a Soares (1979), que, para ensiná-la, tendo em vista tipos de gramática, trabalhar-se-á sempre com quatro formas de focalizá-la: a) uma gramática de uso; b) uma gramática reflexiva; c) uma gramática teórica; d) uma gramática normativa. “No caso da *gramática de uso*, desenvolve-se um trabalho que se liga mais ao conhecimento da língua e, no caso das *gramáticas reflexiva e teórica*, tem-se um trabalho mais preocupado com o conhecimento sobre a língua”.

Releva também que esse trabalho não precisa ser estanque, dividido no tempo, as quatro formas de gramáticas podem sim ou não ser utilizadas em um mesmo conteúdo.

Para Flores (2013a), no campo da enunciação, em especial pelas teorias mais recentes, há uma tentativa de articular sujeito e estrutura como é o caso da teoria de Authier-Revuz que a formula com primor, o que já estava previsto em Benveniste, e também se encontra em Culioli. “A enunciação é um estudo que prevê que estrutura e sujeito não são disjuntos, mas que são imbricados e implicados” (FLORES, 2013a, p. 19).

Na teoria da enunciação, o termo frase é unidade do discurso “A *frase* ou *enunciado* não tem sua extensão limitada por nenhum critério que seja “externo” à enunciação” (FLORES, 2013a, p. 67). Grosso modo, conforme Flores (2013b, p.3), pode-se entender a gramática da enunciação como “arranjo linguístico promovido pelo locutor para se propor como sujeito. Esse arranjo é o *sujeito que advém da enunciação*” (grifo do autor). Ele seleciona signos compatíveis com a ideia que pretende exprimir e promove o arranjo. Destarte, ela é que “comanda o agenciamento de signos, é ela, também, que comanda a organização destes signos, sob a forma de frase” (FLORES, 2013a, p. 70). Signos esses que no discurso caracterizam-se como palavras (reconhecidos como tal para que haja relações intersubjetivas) porque elas são mediadoras entre língua e discurso, forma e sentido, pois depositárias de significação “dupla”: é signo que se especifica, é possibilidade de língua que se torna língua, é *língua-discurso*. (*ibidem*). O que se propõe a ser dito não pode ser considerado, então, um somatório de palavras/significados em um enunciado, já que unidade de significação sempre único, com configuração peculiar, “relativo à expressão de uma ideia que tem a instância de discurso como referência” ( FLORES, 2013a, p. 72).

A disposição das palavras em um enunciado, assim, está para se atender a objetivos daquilo que pretende expressar. A organização tem “um sentido, um emprego, proveniente das influências que as palavras exercem umas com relação as outras”. O sentido requer uma sintaxe que, para essa teoria, é “termo muito próximo de *atualização*: língua em uso é a palavra no *enunciado*, em convívio com outras palavras, em convivência com outras palavras, apresentando um sentido compatível com a ideia que é expressa” (FLORES, 2013, p. 72). Aquilo que se objetiva expressar é que

comanda o recrutamento e organização dos signos/palavras sob a forma de frase de modo a dizer a atitude do sujeito e a situação enunciativa.

Assim concebida língua em uso, o agenciamento de signos na língua é comandado pela “ideia”, e a seleção de um signo implica a seleção de outro, de modo que um certo “arranjo” se faça. É por isso que o uso da língua não comporta propriamente signos: esta “sintaxe” promovida pelo sujeito que atribui referência se “molda” à “ideia”, de maneira que o enunciado, singular e único, apresente um “arranjo” também singular e único (FLORES, 2013, p. 72).

Para Neves (2007, p.12), da perspectiva da gramática funcionalista, as escolhas que se faz para construir enunciados são determinantes, tanto no modo de hierarquizar – ou não – funções e significados quanto no modo de conectar formalmente as porções do enunciado total. Aponta que parece importante que,

[...] se o que se pretende é dar conta da língua em função, se penetre na organização real dos enunciados para avaliá-los não apenas sob os diversos níveis (predicacional, proposicional, ilocucionário) mas também sob os diversos ângulos que envolvem a atividade linguística (textual / informacional, interacional), e com incorporação dos diversos componentes (sintático, semântico, pragmático). [...] Dessa forma a investigação se beneficia de uma vinculação à ordem das palavras na frase, considerando, especialmente, que essa ordem se resolve no encaminhamento das relações retóricas textuais (NEVES, 2007, p. 13).

Consoante a mesma autora (2007, p. 15), a explicitação do uso de uma língua particular historicamente inserida, feita com base em reflexão sobre os dados, representa a explicitação do próprio funcionamento da linguagem: excluindo-se daí atividades metalinguísticas em “moldes pré-fabricados” para “submissão estrita a normas linguísticas sem legibilidade instituídas”, alheias aos processos reais de funcionamento, às constantes pressões adaptativas a que os usos submetem a língua. Significa, pois, a rejeição de “uma modalização que ignora zonas de imprecisão e/ou de oscilação, as verdadeiras testemunhas do equilíbrio instável que caracteriza a própria vida da língua”.

Segundo Givon (1984, *apud* NEVES, 2007, p. 26), o homem se expressa por discursos multiposicionais, e a gramática busca observar a concatenação das proposições, que não é somente como isso ocorre, mas também as “regras textuais a que

as proposições devem ser submetidas para que não haja quebra da estrutura temática e para que haja coesão e coerência na composição linguística”.

A proposta da “gramática funcional-discursiva”, apresentada por um grupo holandês, conforme Neves (2007, p. 32), é que se parta de um modelo de expressão dinâmica colocando como “unidade básica do discurso o ato discursivo e não a frase. As funções pragmáticas (interpessoais), semânticas (representacionais) e as sintáticas são ponderadas como parte das várias estratégias de estruturação morfossintática frasais. A natureza central das funções sintáticas pode, pois, ser atribuída a fatores semânticos e pragmáticos que provocam sua ocorrência, e a oração nada mais é do que uma das opções que o falante tem para contribuir com o discurso. Expande-se a gramática de frase para a do discurso, justificando-se por duas razões principais:

[...] primeiro por existirem muitos fenômenos linguísticos que só podem ser explicados em termos de unidades maiores do que a frase individual, como partículas discursivas, cadeias anafóricas, formas de verbos da narrativa e muito outros aspectos da gramática que requerem uma análise que tome um contexto linguístico mais amplo em consideração; segundo, por existirem muitas expressões linguísticas que são menores que a frase individual, embora funcionem como enunciados completos e independentes dentro do discurso (HENGEVELD, 2003, *apud* NEVES 2007, p. 32).

Assume-se o pressuposto de que “as propriedades de enunciados linguísticos são adaptáveis aos objetivos comunicativos que o usuário de língua, na interação com outros usuários, procura alcançar ao usar tais enunciados” (PEZATTI, 2014, p. 71).

### **Análise do discurso: interdiscurso, polêmica**

Analisar os discursos, consoante Pêcheux e Fuchs (1975/1993, p. 180 e 181), envolve três níveis: superfície linguística, objeto linguístico e processo linguístico. No primeiro nível, a *superfície linguística* deve ser entendida como sequência oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à frase; já no segundo nível, o *objeto discursivo* deve ser entendido como resultado da transformação da superfície linguística de um discurso concreto em objeto teórico; e, no terceiro nível, o *processo discursivo* deve ser entendido como resultado da relação regulada de objetos discursivos

correspondentes a superfícies linguísticas que derivam elas mesmas de condições de produção estáveis e homogêneas.

Com base nesses movimentos de leitura, pode-se dizer que a consideração dos textos do/sobre o ensino de língua portuguesa, ou seja, dos LDP, é indispensável no nível 1, mas, atingido o nível 3, a compreensão dos sentidos deve levar em conta o processo discursivo. Também outro aspecto metodológico da análise de discurso considerado é a simultaneidade entre a descrição e a interpretação, decorrente da natureza heterogênea de seu objeto – o interdiscurso. O dispositivo de análise, para este trabalho, confere à relação interdiscursiva o estatuto principal na constituição da discursividade.

Para Maingueneau (2005, p. 21), o interdiscurso tem precedência sobre o discurso, o que significa que a “unidade de análise pertinente não é o discurso, mas o espaço de troca entre vários discursos convenientemente escolhidos”. Para o autor (2005), não cabe estudar de maneira isolada/independente as diferentes formações discursivas que atravessam um determinado discurso, mas sim captá-las nas interações estabelecidas umas com as outras, nos espaços interdiscursivos onde estão/são constituídas. A identidade discursiva se constrói, portanto, na interação com o Outro.

Ao tratar do interdiscurso, para torná-lo menos grosseiro, diz Maingueneau (2005, p. 35), já que o termo que é muito vago, propõe que o substitua pela tríade: universo discursivo, campo discursivo, espaço discursivo. O *universo discursivo* é um “conjunto de formações discursivas que interagem numa conjuntura dada”, é conjunto finito, mesmo que não possa ser apreendido em sua globalidade, assim (*ibidem*) “É de pouca utilidade para o analista e define apenas uma extensão máxima, o horizonte a partir do qual serão construídos domínios susceptíveis de ser estudados, os ‘campos discursivos’.”

Um *campo discursivo* é “conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitando-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo”. Para Maingueneau (2005, p. 35), o interesse por ele se dá pelo fato de que é em seu interior que os discursos se constituem. É dinâmico, assim, assemelha-se a uma arena onde se enredam diferentes posições discursivas, perfilando diferentes configurações e, portanto, diferentes possibilidades de espaços discursivos, conforme os propósitos do pesquisador. O autor (1997, 2005) releva que dificilmente

um analista abarca a totalidade de um campo discursivo em sua pesquisa, tendo em vista a pluralidade de relações entre os discursos que o constituem.

Assim, o analista é conduzido a isolar, no interior de um campo, *espaços discursivos*, que são subconjuntos de formações discursivas, julgados relevantes ser colocados em relação para atender os propósitos do estudo. O recorte do espaço discursivo é constituído por, no mínimo, dois posicionamentos discursivos que mantenham relações particularmente fortes entre si marcadas por constantes referências, incorporações, citações diretas ou indiretas, rejeições entre seus discursos, ou seja, formas várias e incessantes de heterogeneidade enunciativa, mostrada e constitutiva.

Essas marcas podem ser mostradas em um nível superficial-linguístico, como formas discerníveis de citação, evidenciando a alteridade discursiva; ou constitutivamente verificáveis na superfície discursiva. A evidência desta só pode ser constatada/apreendida no nível da discursividade, pela dinâmica do processo discursivo, do interdiscurso, que “amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro” (MAINGUENEAU, 2005, p. 33).

Maingueneau (1997; 2005) confere a tese do primado do interdiscurso sobre o discurso, afirmando que o caráter constitutivo da relação entre os discursos se dá por interações/trocas polêmicas entre discursos, são elas que definem a identidade discursiva. Assinala o autor que o caráter polêmico do interdiscurso desenvolve-se de forma mais específica sobre discursos que dividem o mesmo espaço discursivo já que aí os discursos polemizam não só constitutivamente, mas também apresentam isso através de uma heterogeneidade mostrada, pelas marcas ou índices que podem ser detectados na superfície linguística dos enunciados através de simulacros construídos pelo discurso agente (aquele que se encontra na posição de discurso tradutor) em relação ao discurso paciente (aquele que se encontra na posição de discurso traduzido).

De outro modo, alguns discursos, que pertencem ao mesmo campo discursivo, constituem-se por meio de uma rede dialógica polêmica, no confronto com outras formações discursivas. Trazem-nas para seu interior discursivo, mas sob a forma de denegação/rejeição, isto é, aquele que se coloca na posição de discurso agente (tradutor) para constituir sua identidade inserirá/traduzirá o discurso do Outro - discurso paciente (traduzido) - em seu recinto, pelas suas próprias categorias semânticas (as categorias semânticas do Mesmo).

Assim, a relação entre dois discursos em posição de delimitação pode ser compreendida como um processo de “tradução” generalizada (aqui entendida como tradução de uma FD por outra FD, no interior de uma mesma língua), ligada a uma *interincompreensão* (processo de dupla tradução) a qual permite aprofundar o mecanismo polêmico. Para Maingueneau, a polêmica pode, assim, ser caracterizada como a interpelação, a resposta do adversário de maneira que possa anular o seu discurso ou rebaixá-lo. Isso se dá em forma de enfrentamento, com a inserção e ao mesmo tempo expulsão do Outro de seu recinto. A polêmica figura “[...] como uma espécie de homeopatia pervertida: ela introduz o outro em seu recinto para melhor conjurar a ameaça, mas esse outro só entra anulado enquanto tal, simulacro” (MAINGUENEAU, 2005, p. 113).

Todavia, essa relação entre formações discursivas, regrada pelas condições de possibilidade das diversas posições enunciativas, não gera discursos, como se poderia pensar, com sentidos estáveis, relacionados a posições absolutas, nascidos somente de um retorno às próprias coisas, mas sim de um trabalho de reconstrução/construção sobre outros discursos o que gera sentidos instáveis, uma vez que são construídos no intervalo entre posições enunciativas diversificadas.

Maingueneau (1997, 2005) procura não dissociar o “superficial” do “profundo”. Os discursos relacionam-se constantemente, imbricam-se sem que haja necessidade de uma forma de citação aparente/mostrada na superfície linguística. Nesse nível, então, tanto uma citação ruidosa/polêmica que um discurso faz do seu Outro, quanto o silêncio “calculado”, a denegação, que um pode manter em relação ao Outro, são fenômenos de uma mesma face dialógica.

Disso se conclui que o estudo do dialogismo/polêmica pode ser de grande interesse para AD, não apenas por dar conta das controvérsias explícitas, mas por revelar o próprio processo de constituição dos discursos. No caso deste estudo, o espaço discursivo é um continente ocupado por aqueles afiliados à GT (discurso a ser interdito em alguns quesitos) *versus* aqueles afiliados à LM (discurso que deve ser enunciado), pois demandado pelos órgãos oficiais. Há uma busca, pois, para se capturarem os índices das relações controversas entre o discurso da LM e o da GT ou de um possível entrelaçamento amistoso/produtivo entre eles ou ainda o apagamento/silenciamento de um deles pelo Outro.

## Uma análise descritivo-interpretativa da introdução ao tema sintaxe

A obra a ser analisada - “Português: contexto, interlocução e sentido” (LD) (ABAURRE, M. L. M.; ABAURRE, M.B. M.; PONTARA, M., 2013) - foi escrita por três autoras<sup>6</sup>, nela o tema é apresentado no capítulo 22 com o título “Introdução ao estudo da sintaxe” que se dá em 7 páginas. É iniciado expondo-se por intermédio de uma ‘tirinha’ uma fala em que os componentes linguísticos estão ordenados, apresentados ali não condizentes com aquilo que se pode considerar um enunciado gramatical: "Interessantes palavras as que inventamos são... sintaxe inventar agora vamos!" (p. 320). As atividades referentes a essa tirinha exploram o que seria um enunciado em que as palavras estão 'desordenadas'; ditas também "combinações aleatórias" para referir que elas, assim, dificultam a compreensão; e apontam que são as regras que determinam o modo como as palavras podem se combinar para formar os enunciados. São essas regras, dizem, que determinam a sintaxe das línguas. A definição de sintaxe vem apresentada como " [...]conjunto das regras que determinam as diferentes possibilidades de associação das palavras da língua para a formação de enunciados. É função da sintaxe organizar a estrutura das unidades linguísticas [sintagmas] que se combinarão em sentenças” (p. 321).

O que se vê aqui são palavras que circulam no âmbito da linguística: *enunciado*<sup>7</sup>, *sintagmas*<sup>8</sup>, *sentenças*<sup>9</sup>, mas vêm como simulacros dos termos utilizados pela GT frase/oração/período, pois se podem substituir aqueles por estes que em nada se altera daquilo que a GT apresenta. Isso principalmente com relação ao termo enunciado, que possui, para muitos teóricos, conotação mais estendida que somente aquele equivalente ao apresentado pela GT para frase/oração/período. Nada é posto sobre estruturação e

---

<sup>6</sup> O fato de a obra ter sido elaborada por três autoras justifica que muitos verbos estejam, no decorrer da análise, na 3ª pessoa do plural, referindo-se a ação delas.

<sup>7</sup> Enunciado é termo que circula amplamente no âmbito da linguística, mesmo que para alguns autores linguistas seja sinônimo dos termos da GT (frase/período), há outros que o utilizam em uma acepção mais ampla, acoplada a sentido/enunciação e é a esta utilização que se refere aqui.

<sup>8</sup> Sintagma termo amplamente utilizado no âmbito do gerativismo para se referir a um conjunto de palavras subordinadas a um núcleo (sintagma nominal, sintagma verbal).

<sup>9</sup> Sentença, mesmo sendo termo utilizado por algumas gramáticas e por vezes na acepção de frase, para alguns é termo mais extenso que simplesmente aqueles propostos pela GT, assim se pensou nesta possibilidade de emprego aqui.

sentido (as diferentes possibilidades de estruturações, em muitos casos, e os diferentes objetivos sentidos que podem ser alcançados com isso) do discurso da LM. É o que se constata ainda com a continuação da exposição do conteúdo. “É fato de todas as línguas terem uma sintaxe própria que nos impede de combinar aleatoriamente as palavras. Isso não significa, porém, que exista apenas uma organização possível para as palavras nas sentenças” (p. 321).

Apresentam uma construção “Ontem Cláudia comprou um CD dos Titãs no shopping” (p. 321) e elencam mais 6 possibilidades de estruturação desse enunciado, alterando-se a ordem de alguns elementos. Apontam que todas elas são algumas possibilidades gramaticais de organização sintática das palavras do enunciado e que, em todas elas, o sentido pretendido fica preservado e que é perfeitamente compreensível. Em seguida, apontam uma construção elaborada com os mesmos termos do exemplo anterior, mas com disposição agramatical: “Shopping Cláudia Titãs ontem CD no dos um comprou e “Titãs um comprou no Cláudia CD ontem shopping dos”, apontando somente que nessa ordem não se produzem enunciados aceitos pela língua portuguesa. Aqui também utilizam o termo enunciado, mostram variegadas possibilidades de estruturar os elementos deles, mas igualmente não referem quanto a sentidos diferenciados que podem ser obtidos pelas diferentes construções/topicalizações; tampouco há qualquer outro reportamento além da exposição do que seriam construções gramaticais da língua.

Em tópico “Relações e funções sintáticas” apontam que os enunciados da língua constituem unidades linguísticas que possuem “uma **estrutura sintática**, ou seja, que refletem uma organização específica prevista pela língua. As associações de palavras são sempre reguladas pela sintaxe, que define as sequências possíveis no interior dessas estruturas” (p. 321). E, em dois boxes ao lado, retratam a sintaxe, de modo assemelhado ao já exposto, como a que “determina as possibilidades de associação das palavras da língua para a formação de enunciados” e que “organiza a estrutura dos sintagmas que se combinarão em sentenças” (p. 321). Frisa-se novamente que certas estruturas linguísticas em uma ordem ou outra são previstas pela língua e que certas ordens/construções tornam os enunciados agramaticais, mas considerado somente isso encerram em preceitos estáticos da GT.

Em páginas diferentes, em boxes, retornam definindo mais extensivamente o que é enunciado, sintagma, frase, oração, período. Dentre eles, destacam-se aqueles que não circulam no âmbito da GT (enunciado, sintagma), ou não somente nele (frase<sup>10</sup>). “*Enunciado* é tudo aquilo que é dito e escrito. É uma sequência de palavras de uma língua que costuma ser delimitada por marcas formais: na fala pela entoação; na escrita, pela pontuação. O enunciado está sempre associado ao contexto em que é produzido” (p. 321). Aqui *enunciado* não deixa de ser novamente *simulacro* de frase, período e de certas orações (já que nem todas as orações são encerradas pela pontuação) apresentados pela GT. Não se estabelece ali *interdiscursividade* profícua com algumas correntes da LM, principalmente para exemplificar/explorar os dizeres: “está sempre associado ao contexto em que é produzido”, os sentidos que se obtêm não somente pela matéria linguística ali presente, mas também e, principalmente, aqueles que se dão pela enunciação em que se considera quem enuncia, para quem, por que, onde e quando, e as diferentes estruturações elaboradas a serviço disso.

Dizem que “*Sintagmas* são unidades mínimas entre as quais se estabelecem uma relação de determinação. Em uma relação sintagmática, um dos elementos modifica ou determina o outro, especificando-o de alguma maneira” ( p. 322). E apontam ainda que são sintagmas nominais “que têm por núcleo um substantivo [cachorro bravo]” e verbais “que têm por núcleo um verbo [gravei músicas]” (p. 322). Apresentam-se termos cunhados pela corrente da linguística da gramática gerativa, mas também ali fica muito próximo somente da abordagem da GT, pois encerram nessa definição mesmo que o espaço seja propício para se abordar a ‘determinação’, as inferências/contribuições das unidades no(s)/para o(s) sentido(s), as relações internas dos sintagmas e sentido(s): de um artigo definido ou indefinido sobre o nome substantivo na estrutura de um sintagma nominal, por exemplo.

Definem *frase* em dois boxes e, em um outro espaço, com os dizeres ‘Tome nota’, destacados, voltam de maneira repetitiva com a definição, mas um pouco mais extenso: “É um enunciado linguístico que, independente de sua estrutura ou extensão, traduz um sentido completo em uma situação de comunicação. O início e o fim da frase são marcados, na fala, por uma entoação característica e, na escrita, por uma pontuação

---

<sup>10</sup> *Frase* também possui outras conotações que vão além da do âmbito da GT; já *oração* e *período* circulam no âmbito da GT, e, como as autoras seguem os padrões de explicação da GT, não serão expostos.

específica” (p. 323); e continuam fora do boxe - “As frases podem ser constituídas por uma única palavra ou por várias palavras. Podem apresentar um verbo ou não. O ideal para decidir se o enunciado é ou não uma frase é o fato de ele apresentar um sentido completo em um contexto específico” (p. 323).

Na definição do termo frase, também não “pisam” muito além daquilo que a GT apresenta. Pode-se até relevar que, com os dizeres “sentido completo em uma situação de comunicação”, caminha-se para aquilo que algumas correntes da LM abordam, mas fica um tanto quanto impreciso já que muitas frases/enunciados, além das palavras ali presentes e da situação de comunicação, dependem de outras coisas para que produzam sentido “completo” que não só a situação de comunicação: conhecimentos prévios, posições ideológicas etc.

Aquilo que referem com “sentido completo em uma situação de comunicação” vem, de certa maneira, exposto por intermédio de 3 exemplos apresentados. Isso, em dois deles, se dá pela multimodalidade textual ali presentes: falas e imagens. Numa HQ há 5 imagens de um gato observando (primeira imagem) ou subindo (4 últimas imagens) em uma árvore e associada à última imagem há também o dizer do gato: " E agora o quê?" que, segundo as autoras, é uma frase e tem um sentido perfeitamente compreensível nesse contexto. A junção de diferentes modalidades textuais como exemplo ajuda compreender que o sentido ali se atrela ao contexto específico, mas, como é referido, afigura que os sentidos/as interpretações se encerram somente nas palavras e imagens ali presentes no texto em questão.

Noutro exemplo, relatam uma situação: “um homem caminha pela rua e, de repente, avista fumaça negra saindo da janela de um edifício e imediatamente grita: Fogo!” (p. 324). Dizem que nesse contexto, acompanhado de entonação específica da fala, “Fogo!” ganha uma significação especial, torna-se um aviso para outras pessoas. Com o exemplo, fica ali mais evidenciada a necessidade de outros elementos, além da palavra em si, para que haja compreensão dos significados, mas nesse rumar em direção a considerações do âmbito da LM ainda deixam de versar sobre elementos que estão em nossa memória/cognição que precisam ser acionados para significar aquilo que se enuncia.

Há também 3 textos para os quais há 6 proposições de atividades, dois para cada um e algumas dessas ainda são subdivididas. O primeiro texto é uma HQ em que se

pede para: descrever a situação que a tira apresenta; explicar por que a fala de uma personagem causa estranhamento já que não se flexionam os verbos; explicar a relação estabelecida entre a fala de uma personagem e a situação apresentada. O segundo texto é um anúncio publicitário em que está escrito em letras garrafais “Beber for não dirigir se”. Desse anúncio, pergunta-se ou propõe-se: qual o objetivo; como a sintaxe ali é apresentada; reescrever adequando às normas da sintaxe; explicar por que foi escrito assim, já que é um anúncio publicitário. O último texto também é um anúncio publicitário em que 5 diferentes enunciados, considerando diferentes épocas, são escritos para se elogiar a mulher, entre outros há: “Que brotinho!” e “tá muito gata”. Deles se pede que os interprete; se todos são considerados frase e por quê?; quais são classificados de orações e por quê?; de que modo esse anúncio contribui para o efeito persuasivo do anúncio da loja de roupas. As atividades propostas por intermédio dos 3 textos envolvem mais interpretação textual ou questões mais aproximadas dos fundamentos da GT que propriamente exploração de assuntos mostrando como/que certos arranjos linguísticos vinculam-se a objetivos contextuais; assim seus modos de ordenação envolvem, além do componente sintático, o semântico, o pragmático, o discursivo.

## **Conclusão**

Neste estudo, isolou-se do campo da língua o espaço formado pelo(s) discurso(s) do/sobre o ensino de língua portuguesa (discurso da sintaxe) na sua relação com o(s) discurso(s) da LM e da GT. Pensou-se que ali é/poderia ser espaço em que fosse inevitável ainda a presença ostensiva do discurso da GT, já que ele foi/é o tentáculo do discurso do/sobre o ensino de língua, mas também que já tivesse cedido ou forçado a ceder espaço à LM. Assim, os dois poderiam aparecer entrecidos, em diálogo amistoso ou polêmico constitutivo já que em seus discursos falam da língua, circulam pelo mesmo âmbito, mas diferenciam-se em certas abordagens sobre ela.

Achega-se que há uma certa interdiscursividade ao se trazer para o interior da obra termos que comumente não são do escopo da GT e sim da LM – enunciado, sintagma, sentença –, mas ali se caracterizam mais como simulacros daqueles postos nas GT (oração/período/frase). Em outras palavras, trazem para dentro de si esses termos de utilização mais recente no âmbito dos estudos linguísticos, mas entram pela

grade semântica do Outro, da GT, visto que estão ali mais a serviço de se falar em estruturas, organizações gramaticais possíveis, das regras sintáticas de ordenação de uma língua, de gramaticalidade.

Referente ao objetivo central deste estudo – verificar se o discurso da LM marcava presença no LDP no que tange à possibilidade de estruturas diferenciadas para que atendam a objetivos de sentidos situados/contextualizados, a propósitos da comunicação –, infere-se que sobressai uma apresentação das definições do tema limitado a se perceber que as alterações possíveis nos componentes da organização dos enunciados são só possibilidades de diferentes estruturas que a língua permite e ponto. As exemplificações e proposições de atividades, pensadas como espaços profícuos para essa abordagem, também se destacam atreladas ao discurso da GT.

Portanto, se se questionasse: É uma obra que estabelece uma interdiscursividade entre os diferentes discursos que circulam/que podem circular nos espaços escolares inovando, alterando o formato tradicional de se trabalharem certos conteúdos linguísticos de modo mais reflexivo-produtivo? Conclui-se que a configuração na apresentação dos conteúdos não dá muita voz ativa a isso, já que repetem destacadamente velhas fórmulas que conduzem a um ensino-aprendizagem vinculado à GT.

Destarte, a polêmica ali pensada não configura(ria) uma espécie de homeopatia pervertida que “introduz o outro em seu recinto para melhor conjurar a ameaça”, mas esse outro só entra anulado enquanto tal, simulacro”, como diz Maingueneau (2005, p. 113). Esse Outro, a LM, considerando que o espaço primeiramente era ocupado pelo discurso da GT, entra timidamente no LDP, mas deveria ter presença relevante. É o que os documentos oficiais assinalam: o ensino não deve mais ser pautado somente em preceitos tradicionais prescritivos e classificatórios. A proposta pensada para os LDP, então, não seria anular o Outro, mas sim constitutivamente trazê-lo para que auxilie nas práticas de ensino da/sobre a língua, uma vez que um formato de ensino proficiente precisa refletir a relação entre o sistema gramatical e o funcionamento discursivo explicado/pautado na interação interna e externa do sistema gramatical.

Em suma, o que se encontra é um quase silenciamento do discurso LM no LDP, mas este reafirma-se, poderia estar habitado pelos dois discursos, pois participam do mesmo espaço discursivo e, ainda que possuindo certas discrepâncias que os

posicionam distintamente, não seria preciso, ao entrar um, destituir do outro o direito de também marcar presença. Poder-se-ia, sim, estabelecer uma relação interdiscursiva amistosa ou polêmico-constitutiva mais robusta, pondo aquele que estuda sobre a língua a pensar também sobre as duas diferentes teorias, aquilo que causa discórdia entre elas, as contribuições e ou restrições daquela (s) que as possuem. O auxílio mútuo, a composição das peculiaridades, preenchendo as possíveis deficiências, principalmente as restritivas à GT, seria o ideal.

Uma suposição para o fato seria pensar que alterar muito as práticas tradicionais de ensino da língua, ao inserirem-se propostas do âmbito da LM, desagradaria os reitores das velhas práticas classificatórias, supostamente mais fáceis de se lidar/repetir nas salas de aula, já que revolver questões de sentido/significação é complexo e demanda certas habilidades.

Neste trabalho fez-se um exercício de descrição e interpretação, mas ressalva-se que a AD trabalha com a possibilidade das interpretações não poderem ser fechadas. Afinal, “[...] o espaço da interpretação é o espaço do possível, da falha, do efeito metafórico, do equívoco, em suma: do trabalho da história e do significante, em outras palavras do trabalho do sujeito” (ORLANDI, 1998, p. 22).

## Referências

ABAURRE, M. L. M. & ABAURRE, M. B. M. & PONTARA, M. *Português: contexto, interlocução e sentido*. São Paulo: Moderna, 2013.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERLINCK, R. de A. *et al.* *Sintaxe*. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. *Introdução à linguística II: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL/SEMTEC/FNDE (PNLEM 2015). *Catálogo Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio, Língua Portuguesa*. Brasília: Ministério da Educação, 2015.

FLORES, V. do N. *et al.* *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2013a.

FLORES, V. do N. O que seria uma gramática da enunciação? A proposta de uma análise transversal. *Letras e Letras*, Uberlândia, v. 29, n. 1, set. 2013b. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25925/14255>.

HOUAISS, A. *et al.* *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise de discurso*. Campinas: Pontes/EdUNICAMP, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2005.

NEVES, M. H. de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2007.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. & HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1975/1993.

PEZATTI, E. G. *A ordem das palavras no português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. São Paulo: Cortez, 2009.

## **SYNTAX IN A TEXTBOOK OF PORTUGUESE LANGUAGE FOR HIGH SCHOOL: DISCURSIVE POSITIONS**

### **ABSTRACT**

This study analyzes the discourses that argue about the Syntax: terms of the sentences and order and also sense in the textbook of Portuguese Language whose title is "Portuguese: context, interlocution and sense". For the constitution of the corpus, linguistic sequences are selected for a discursive-interpretive reading based on the perspective of the French school of discourse analysis. The operative concept for reading is the interdiscourse about the constitutive polemic proposed by Maingueneau. The set of clippings aims to capture interdiscursive entanglement between the discourse of grammatical tradition and also the discourse of different linguistic currents: functional grammars and the enunciation, each of them taking turns in the roles of agent and patient discourse.

**Keywords:** interdiscourse, syntax, portuguese language, textbook.

Recebido em 15/02/2019

Aprovado em 24/03/2019